

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 06¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

30 de abril de 2021

¹ Este estudo foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – CCJ ouve representantes de servidores sobre reforma administrativa

29/04/2021 - 20:01

CCJ analisa admissibilidade da proposta de reforma administrativa

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados promove mais uma audiência pública sobre a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) nesta sexta-feira (30).

O debate ocorre no plenário 1, em três horários: 9h, 11h e 14h.

Das 9h às 11h, serão ouvidos:

- o presidente da Associação Nacional dos Advogados da União, Clóvis dos Santos Andrade;
- o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, Alison Aparecido Martins de Souza.

Das 11h às 13h:

- o presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Pedro Helena Pontual Machado;
- o assessor-executivo da Associação dos Diplomatas Brasileiros, Thiago Couto Carneiro.

Das 14h às 16h:

- o assessor-executivo da presidência da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos, Marlon Esper Maués;
- o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Rodolfo Queiroz Laterza.

A CCJ está promovendo uma série de audiências públicas para discutir a reforma administrativa. A última está prevista para o dia 14 de maio. Em seguida, os deputados poderão votar o parecer do relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC) sobre a admissibilidade do texto. A reforma ainda precisa ser analisado por uma comissão especial e pelo Plenário, em dois turnos de votação.

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/752901-ccj-ouve-representantes-de-servidores-sobre-reforma-administrativa/>)

Informação 02 - CCJ - Comissão debate impacto da reforma administrativa na segurança pública

29/04/2021 - 16:52 - *Divulgação/Governo de São Paulo*

Foram convidados para o debate representantes de todas as polícias

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados promove debate na segunda-feira (3) sobre os impactos da reforma administrativa ([PEC 32/20](#)) no setor. O pedido para realização da audiência pública é do deputado [Delegado Antônio Furtado \(PSL-RJ\)](#). Ele alerta para diversos dispositivos previstos na reforma que, segundo ele, podem resultar na precarização dos serviços públicos.

"A alteração prevista resgata as relações trabalhistas anteriores à Constituição de 1988, ferindo direitos e garantias individuais e sociais, em claro retrocesso que serve de pano de fundo para o enfraquecimento do serviço público", lamentou Furtado.

O debate será realizado no plenário 6, às 13 horas.

Foram convidados:

- o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis, André Luiz Gutierrez;
- o presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, coronel Edgard Estevo;
- o diretor de assuntos legislativos da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais, coronel Elias Miler;
- o vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, Marcelo Azevedo;
- o diretor de estratégia sindical do Sindicato dos Policiais Federais do Distrito Federal, Flávio Werneck Meneguelli;
- o presidente da Federação Nacional de Praças, Heder Martins de Oliveira;
- o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro, Leonardo Affonso Dantas dos Santos;
- a presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro, Márcia Bezerra de Menezes Machado;
- o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Rodolfo Laterza.

[Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Da Redação - GM

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/752687-comissao-debate-impacto-da-reforma-administrativa-na-seguranca-publica/>)

Informação 03 – CCJ - Representantes de servidores apontam riscos da reforma administrativa discute

Em debate na CCJ, ex-secretário defende a proposta afirmando que ela põe fim a privilégios e promove eficiência no serviço público

29/04/2021 - 19:30

CCJ fará último debate sobre a proposta no dia 14 de maio

A proposta de reforma administrativa do governo federal ([PEC 32/20](#)) voltou a dividir opiniões em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (29). Representantes de servidores públicos apontaram riscos, como aumento do tráfico de influência e cooptação. Por outro lado, Paulo Uebel, ex-secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, afirmou que o texto vai acabar com privilégios e garantir eficiência aos órgãos públicos.

Uebel citou, por exemplo, os altos gastos com a área meio e um sistema engessado que precarizou a capacidade de o Estado fazer investimentos. “Os servidores levam a culpa, mas a culpa não é deles, é do sistema. Sistema engessado, sistema atrasado. Sistema que não existe mais nos países desenvolvidos, que já fizeram as suas reformas”, disse. Para o ex-secretário, há excesso de privilégios para os servidores públicos e isso faz com que os cidadãos não confiem nas instituições brasileiras.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Para o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Rudinei Marques, a proposta não traz economia, mas adota discurso panfletário. Entre os pontos considerados problemáticos por ele estão “a fragilização da estabilidade do servidor público e a precarização das relações de trabalho”.

“O texto atinge todos os servidores em pontos como perda de cargo público por decisão de órgão colegiado em vez de trânsito em julgado; possibilidade de redução de jornada com redução salarial; criação de cargos de liderança por indicação política, que hoje são ocupados por servidores”, afirmou.

Tráfico de influência

Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais, Lademir Gomes da Rocha citou diversos pontos que considera preocupantes na proposta do Executivo. Um deles é o que prevê a criação dos “cargos de liderança e assessoramento”, que poderão permitir que funções atualmente ocupadas por servidores efetivos sejam exercidas por indicações políticas. Segundo ele, isso flexibiliza regras concebidas para barrar o clientelismo e a captura do Estado.

Políticas públicas

Para a deputada [Erika Kokay \(PT-DF\)](#), a reforma administrativa ataca a concepção de Estado prevista na Constituição. “Um Estado para proteger socialmente, que garanta políticas públicas suficientes e necessárias”, disse. Ela também rebateu a tese de que a máquina do Estado é “inchada”. “Nós temos 12% da população ocupada no serviço público”, afirmou.

O deputado [Kim Kataguiri \(DEM-SP\)](#) afirmou que a proposta do Executivo não combate privilégios, como os supersalários, e atinge apenas a base do serviço público.

Esta foi a segunda de uma série de audiências públicas que a CCJ fará para discutir a reforma administrativa. A última audiência está prevista para 14 de maio. Em seguida, os deputados poderão votar o parecer do relator, deputado Darci de Matos (PSD-SC) sobre a admissibilidade do texto. A reforma ainda precisa ser analisado por uma comissão especial e pelo Plenário, em dois turnos de votação.

[Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem - Paula Bittar
Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/752809-representantes-de-servidores-apontam-riscos-da-reforma-administrativa/>)

2 – Situação atual que se encontra

The screenshot shows a web browser window with the URL [camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083](https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083). The page content includes:

- AUTOR:** Poder Executivo
- SITUAÇÃO:** Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ)
- CAMINHO DA PROPOSTA:**
 - CÂMARA DOS DEPUTADOS:**
 - Início
 - CCJC → ESTÁ AQUI: Designado Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC). Chegou à comissão em: 09/02/2021
 - Plenário Virtual
 - SENADO FEDERAL:** Não há tramitação no Senado
- REGIME DE TRAMITAÇÃO:** Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD) - Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

On the right side, there are sections for "Vote na enquete", "QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM" (listing MSC-463/2017 and PDC-936/2018), and "DISCURSOS EM PLENÁRIO" (listing speeches by Alice Portugal, Erika Kokay, Ricardo Silva, and Rogério Correia).

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

3 – Tramitação detalhada

28/04/2021

Andamento:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

- Aprovado requerimento n. 2/2021 do Sr. Fábio Trad que requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater a PEC n. 32/2020 em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Solicito, assim, que sejam convidados representantes de diversas áreas do funcionalismo público federal, quais sejam: (i) Tania Prado (Fenadepol); (ii) Pedro Pontual (ANESP); (iii) Rivana Ricarte (ANADEF); (iv) Lademir Gomes da Rocha (ANAFE); (v) Luciana Grandó Bregolin (ANADEF) e (vi) Zé Celso (AFIPEA).
- Aprovado requerimento n. 3/2021 do Sr. Gervásio Maia que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 4/2021 do Sr. Capitão Wagner que requer a realização de Audiência Pública com entidades da sociedade civil, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC 32/2020, do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa, com a presença do seguinte convidado: Dr. Vicente Martins Prata Braga, Presidente da ANAPE – Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF.
- Aprovado requerimento n. 5/2021 do Sr. Aluisio Mendes que requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 6/2021 do Sr. Luis Miranda que requer a realização de audiência pública, para discutir a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 7/2021 do Sr. Fábio Trad que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 8/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 9/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 10/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 11/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.

- Aprovado requerimento n. 12/2021 do Sr. Pedro Lupion que requer a inclusão do Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - ADPF, para a audiência pública referente a PEC 32/2020 - Reforma Administrativa.
- Aprovado requerimento n. 13/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 14/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 15/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 16/2021 do Sr. Denis Bezerra que requer a realização de Audiência Pública para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020).
- Aprovado requerimento n. 17/2021 da Sra. Fernanda Melchionna e Do Sr. Ivan Valente que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater o conteúdo da PEC 32 de 2020.
- Aprovado requerimento n. 18/2021 do Sr. Luis Miranda que em aditamento ao requerimento nº 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública.
- Aprovado requerimento n. 19/2021 do Sr. Edio Lopes que requer realização de audiência pública para debater a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 20/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 21/2021 do Sr. Pompeo de Mattos que requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre os impactos da PEC 32 de 2020, que trata da Reforma Administrativa no serviço público.
- Aprovado requerimento n. 22/2021 dos Srs. Delegado Pablo e Nicoletti que requer a realização de audiência pública para debater a situação peculiar dos policiais na PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 23/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 25/2021 do Sr. Carlos Jordy que audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, do Poder Executivo, que “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa.
- Aprovado requerimento n. 26/2021 do Sr. Darci de Matos que requer a realização de Audiência Pública para discutir a PEC nº 32, de 2020.
- Aprovado requerimento n. 27/2021 da Sra. Maria do Rosário que requer a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: aspectos constitucionais e impacto na estrutura do Estado, relações federativas e efetividade de políticas pública para a garantia dos direitos fundamentais”.
- Aprovado requerimento n. 28/2021 do Sr. Alencar Santana Braga que requer ao plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: os novos vínculos de contratação no serviço público propostos na PEC 32/2020 e a precarização do serviço público”.

- Aprovado requerimento n. 30/2021 do Sr. Subtenente Gonzaga que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 31/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, sendo convidados representantes da FENASSOJAF – Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais
- Aprovado requerimento n. 33/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 34/2021 do Sr. Subtenente Gonzaga que requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a respeito da PEC 32, de 2020.
- Aprovado requerimento n. 35/2021 da Sra. Fernanda Melchionna e Do Sr. Ivan Valente que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater a PEC 32 de 2020.
- Aprovado requerimento n. 36/2021 do Sr. Geninho Zuliani que requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 38/2021 do Sr. Gilson Marques que requer inclusão de convidados que especifica para audiência pública sobre a PEC 32 de 2020, reforma administrativa.
- Aprovado requerimento n. 39/2021 do Sr. Gilson Marques que requer inclusão de convidados que especifica para audiência pública sobre a PEC 32 de 2020, reforma administrativa.
- Aprovado requerimento n. 40/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256, da Resolução nº 17, de 1989, que estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
- Aprovado requerimento n. 41/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 42/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 43/2021 do Sr. Silvio Costa Filho que requer audiência Pública para debater a PEC 32/2020 em tramitação nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
- Aprovado requerimento n. 44/2021 do Sr. Lincoln Portela que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
- Aprovado requerimento n. 46/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro, assim, que sejam convidados representantes da Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil - Fesojus-Br, por se tratar de assunto de grande importância para a categoria.
- Aprovado requerimento n. 47/2021 do Sr. João Campos que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

- Aprovado requerimento n. 49/2021 do Sr. Orlando Silva que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 50/2021 do Sr. João Campos que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 51/2021 da Sra. Maria do Rosário que requer a realização de audiência pública destinada a debater a admissibilidade da PEC 32/2020, com apresentação dos resultados das pesquisas e indicadores sobre os possíveis impactos da Reforma Administrativa.
- Aprovado requerimento n. 52/2021 do Sr. Ricardo Silva que requer seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo convidados representantes da AFOJEBRA – Associação Federação dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil
- Aprovado requerimento n. 61/2021 do Sr. Lincoln Portela que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
- Aprovado requerimento n. 62/2021 do Sr. Enrico Misasi que requer a realização de audiência pública para debater a PEC 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 65/2021 da Sra. Fernanda Melchionna que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 71/2021 do Sr. Pompeo de Mattos que requer a inclusão de participantes em Audiência Pública sobre a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020).
- Aprovado requerimento n. 72/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 75/2021 do Sr. Fábio Trad que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 76/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 77/2021 do Sr. Lincoln Portela que requer a inclusão de participantes em audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
- Aprovado requerimento n. 78/2021 do Sr. Fábio Trad que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 79/2021 do Sr. Enrico Misasi que requer a realização de audiência pública para debater a PEC 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 80/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 11/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.

- Aprovado requerimento n. 12/2021 do Sr. Pedro Lupion que requer a inclusão do Sr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - ADPF, para a audiência pública referente a PEC 32/2020 - Reforma Administrativa.
- Aprovado requerimento n. 13/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 14/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 15/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 16/2021 do Sr. Denis Bezerra que requer a realização de Audiência Pública para debater a Reforma Administrativa (PEC 32/2020).
- Aprovado requerimento n. 17/2021 da Sra. Fernanda Melchionna e Do Sr. Ivan Valente que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater o conteúdo da PEC 32 de 2020.
- Aprovado requerimento n. 18/2021 do Sr. Luís Miranda que em aditamento ao requerimento nº 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública.
- Aprovado requerimento n. 19/2021 do Sr. Edio Lopes que requer realização de audiência pública para debater a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 20/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.
- Aprovado requerimento n. 21/2021 do Sr. Pompeo de Mattos que requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre os impactos da PEC 32 de 2020, que trata da Reforma Administrativa no serviço público.
- Aprovado requerimento n. 22/2021 dos Srs. Delegado Pablo e Nicoletti que requer a realização de audiência pública para debater a situação peculiar dos policiais na PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 23/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 25/2021 do Sr. Carlos Jordy que audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, do Poder Executivo, que “altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa – Reforma Administrativa.
- Aprovado, com alterações, o requerimento n. 26/2021 do Sr. Darci de Matos que requer a realização de Audiência Pública para discutir a PEC nº 32, de 2020. Com a inclusão dos seguintes convidados Dr. Edvandir Felix de Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ANDF; Dr. Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares, Presidente da Confederação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Ex-Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Nilson Leitão; Associação Brasileira dos Atacadistas e Distribuidores - ABAD; Associação Brasileira dos Supermercados - ABRAS; Federação Nacional dos Contadores - FENACON; Confederação Nacional de Agricultura - CNA; Confederação Nacional dos Transportes - CNT; Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos - CNTA; Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP; Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos - CMB; Federação Nacional das Distribuidoras de Veículos Automotores FENABRAVE; Associação dos Diplomatas Brasileiros - ADB; Representante da

Confederação Nacional das Carreiras e Atividades de Estado - CONACATE; Sr. Evandro Fucitallo - Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo; Sr. Carlos Celso dos Santos Junior - Superintendente da Guarda Municipal de Curitiba.

- Aprovado requerimento n. 27/2021 da Sra. Maria do Rosário que requer a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: aspectos constitucionais e impacto na estrutura do Estado, relações federativas e efetividade de políticas pública para a garantia dos direitos fundamentais”.
- Aprovado requerimento n. 28/2021 do Sr. Alencar Santana Braga que requer ao plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a realização de Audiência Pública para debater a “PEC 32/2020 – Reforma Administrativa: os novos vínculos de contratação no serviço público propostos na PEC 32/2020 e a precarização do serviço público”.
- Aprovado requerimento n. 30/2021 do Sr. Subtenente Gonzaga que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/2020, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 31/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, sendo convidados representantes da FENASSOJAF – Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais
- Aprovado requerimento n. 33/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 34/2021 do Sr. Subtenente Gonzaga que requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater a respeito da PEC 32, de 2020.
- Aprovado requerimento n. 35/2021 da Sra. Fernanda Melchionna e Do Sr. Ivan Valente que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para debater a PEC 32 de 2020.
- Aprovado requerimento n. 36/2021 do Sr. Geninho Zuliani que requer a inclusão de convidados para participar de audiência pública na PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) que altera as disposições sobre servidores, empregados públicos e a organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 38/2021 do Sr. Gilson Marques que requer inclusão de convidados que especifica para audiência pública sobre a PEC 32 de 2020, reforma administrativa.
- Aprovado requerimento n. 39/2021 do Sr. Gilson Marques que requer inclusão de convidados que especifica para audiência pública sobre a PEC 32 de 2020, reforma administrativa.
- Aprovado requerimento n. 40/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 255 e 256, da Resolução nº 17, de 1989, que estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja realizada audiência pública com a finalidade debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, em tramitação na presente Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
- Aprovado requerimento n. 41/2021 do Sr. Tadeu Alencar que requer a realização de audiências públicas para a oitiva dos representantes dos servidores públicos abaixo listados, a ser realizada no âmbito da discussão da PEC 32/2020 na CCJC.
- Aprovado requerimento n. 42/2021 da Sra. Erika Kokay que requer a realização de audiência pública neste Colegiado para discutir a PEC 32/2020.

- Aprovado requerimento n. 43/2021 do Sr. Silvio Costa Filho que requer audiência Pública para debater a PEC 32/2020 em tramitação nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
- Aprovado requerimento n. 44/2021 do Sr. Lincoln Portela que requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para debater a PEC nº 32, de 2020 (Reforma Administrativa).
- Aprovado requerimento n. 46/2021 do Sr. Ricardo Silva que requeiro, assim, que sejam convidados representantes da Federação das Entidades Sindicais dos Oficiais de Justiça do Brasil - Fesojus-Br, por se tratar de assunto de grande importância para a categoria.
- Aprovado requerimento n. 47/2021 do Sr. João Campos que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado requerimento n. 80/2021 do Sr. Paulo Teixeira que requer a realização de audiência pública para debater a PEC nº 32/20, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.
- Aprovado, na forma de convite, o requerimento n. 24/2021 do Sr. Rui Falcão que requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, Senhor Paulo Guedes, para comparecer a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de prestar esclarecimentos acerca da PEC 32 de 2020.

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Enquete da PEC 32

Proposta de Emenda à Constituição

PEC 32/2020

OPINE

Texto original | Siga esta proposta

EMENTA

Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

ENTENDA A PROPOSTA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, do Poder Executivo, altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A ideia é (...) [Saiba mais](#)

AUTOR

Poder Executivo

SITUAÇÃO

Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de

Esta é a versão amigável da ficha de tramitação. O que você achou?

PREFIRO ESTA VERSÃO

Versão anterior desta ficha

SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA

Vote na enquete

QUEM VIU ESTA PROPOSTA
VIU TAMBÉM

VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?

 Veja a tramitação

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?

Concordo totalmente	Concordo na maior parte	Estou indeciso	Discordo na maior parte	Discordo totalmente
---------------------	-------------------------	----------------	-------------------------	---------------------

VOTAR

CANCELA A REFORMA *Já!*



5 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

Dia da consulta feita à enquete: 30 de abril



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>